

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/06/2015 a 31/06/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Brasil: superar a fome é possível – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/06/2015	4
Ações brasileiras de segurança alimentar e nutricional serão apresentadas em Milão nesta quinta (4) – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/06/2015	6
Patrus fala de agricultura familiar e superação da fome no Brasil em evento internacional. Tássia Navarro e Aline Dias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/06/2015	7
Encontro discute segurança alimentar e nutricional na Amazônia – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 05/06/2015.....	8
Agricultores familiares receberam quase R\$ 8 milhões do PAA em maio – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 05/06/2015.....	9
No Tocantins, há fome enquanto número de milionários cresce 510%. Amanda Massuela e Anna Rangel – Folha de São Paulo, Mercado. 07/06/2015	9
Estudantes de Agroecologia conhecem políticas de segurança alimentar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/06/2015.....	11
Bancos de Alimentos combatem desperdício – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/06/2015	12
Segurança alimentar: desafio é garantir acesso dos povos tradicionais às políticas públicas – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 10/06/2015.....	13
PAA Compra Institucional é oportunidade de mercado para agricultores familiares do DF – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 12/06/2015.....	14
Países do Mercosul debatem segurança e soberania alimentar em Brasília – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/06/2015.....	16
Gestores da Paraíba conhecem vantagens da Compra Institucional do PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/06/2015.....	17
Mais 30 municípios paranaenses aderem ao PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/06/2015	17
FAO e MDA discutem ações para erradicação da fome. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/06/2015.....	18
Alimentação escolar recebe 650 toneladas de feijão da Reforma Agrária, em SP. Maura Silva – Site do MST. 17/06/2015	19
CNA participa da Expomilão, que debate “alimentando o planeta, energia para a vida” – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 19/06/2015	21

Compras públicas: órgãos federais vão destinar 30% dos recursos para a compra de produtos da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/06/2015	22
Dilma destaca que o Brasil deixou o mapa da fome e pode avançar mais. Andréa Jubé e Lucas Marchesini – Valor Econômico, Agronegócios. 22/06/2015.....	23
FAO diz que Brasil cumpriu metas de combate à fome e, ao final de 2015, subnutrição será de apenas 5% da população – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/06/2015	24
Paraná: mais 31 municípios aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/06/2015.....	25
Segurança alimentar e nutricional é prioridade no PPA 2016-2019 – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/06/2015.....	26
Prefeitura de São José do Rio Preto dificulta o cumprimento da lei da merenda escolar – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/06/2015	27
Porto Velho discute alimentação saudável e adequada para a população – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 29/06/2015.....	28
MapaSAN 2015: pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional começa em agosto – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 29/06/2015	28

Brasil: superar a fome é possível – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/06/2015

Governo brasileiro apresenta ações que levaram à superação da fome e da pobreza extrema no país durante seminário internacional na Expo Milão 2015

Milão (Itália), 3 – O avanço no debate e na institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil foi um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras dos últimos 12 anos. Foi em torno do tema da fome, da possibilidade concreta e da urgência ética de sua superação, que o Brasil começou a desenhar importantes programas de combate à pobreza.

O tema será apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nesta quarta-feira (3) e quinta-feira (4), na Itália, durante o Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento – Edição Especial “Brasil: Superar a Fome é Possível”. O encontro será realizado no Pavilhão Brasil, na Expo Milão 2015, na Itália.

No primeiro dia de encontro, o secretário extraordinário para Superação da Extrema Pobreza do MDS, Tiago Falcão, fala sobre a evolução das políticas sociais, como o Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria. No mesmo dia, ele também destacará a importância do Cadastro Único para Programas Sociais para mapear a pobreza no país.

Na manhã da quinta-feira (4), o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnoldo de Campos, apresenta as ações brasileiras voltadas para a superação da fome e para o fortalecimento da agricultura familiar. E, no período da tarde, a ministra Tereza Campello, que participa do último painel do seminário.

Superação da fome – O sucesso da estratégia brasileira de combate à fome foi reconhecido em 2014, quando o país deixou o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), por ter menos de 5% da população em situação de insegurança alimentar. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do governo brasileiro, são apenas 1,7% de subalimentados na população.

Desde 1990, o Brasil reduziu em 84,9% o número de subalimentados. A queda foi mais acentuada a partir de 2002, como resultado de um conjunto de políticas de aumento da renda, fortalecimento da agricultura familiar e do Programa Nacional de Merenda Escolar, que fornece alimentação a 43 milhões de crianças e jovens em escolas públicas no país.

“O grande mérito da superação da fome no Brasil é que o combate à subalimentação deixou de ser uma questão filantrópica para ser o centro das políticas públicas”, destaca a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

A adoção pelo governo brasileiro de políticas de ampliação do acesso aos alimentos, apoio à agricultura familiar, transferência de renda, ampliação e qualificação da oferta de serviços, inclusão produtiva, além do pacto de combate à extrema pobreza com municípios, estados e sociedade civil, é a base para o país enfrentar novos desafios.

O Programa Bolsa Família, criado em 2003, foi a base para a consolidação de um amplo arquivo nacional de dados sobre os beneficiários – o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, utilizado a partir de 2011 para permitir a concretização das ousadas metas do Plano Brasil sem Miséria. Entre 2001 e 2012, a renda dos 20% mais pobres cresceu três vezes mais do que a renda dos 20% mais ricos. Esse movimento também foi garantido por políticas de valorização do salário mínimo e de geração de emprego e renda no país.

Como resultado da integração de todas estas políticas, o Brasil alcançou também as principais metas internacionais estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para a erradicação da extrema pobreza e da fome no mundo, tornando-se uma referência internacional. O país foi um dos países que mais contribuíram para o alcance global da meta A do primeiro ODM, ao reduzir a pobreza extrema a menos de um sétimo do nível de 1990: de 25,5% para 3,5% em 2012.

A meta C do mesmo objetivo, de redução, até 2015, da fome à metade do nível de 1990, também foi alcançada com êxito pelo Brasil, pois, entre 1989 e 2006, a prevalência de desnutrição infantil aguda, principal indicador da meta C, foi reduzida a um quarto do valor inicial - de 7,1% para 1,8%.

Desafios – Superada a fome como problema estrutural, o governo brasileiro soma novos desafios para assegurar a segurança alimentar da população. A qualidade dos alimentos que chegam à mesa da população, o combate ao sobrepeso e à obesidade (decorrentes da má alimentação) e a redução da insegurança alimentar e nutricional de grupos populacionais específicos estão na agenda prioritária do país, que acompanha a transição nutricional que acontece no mundo.

No Brasil, mais de 50% dos adultos e 1/3 das crianças de 5 a 9 anos já estão com sobrepeso, resultado do elevado consumo de alimentos com alto teor de açúcares (sucos, refrigerantes e refrescos), sal e gordura (produtos ultraprocessados) e da baixa ingestão de frutas, hortaliças e peixes.

Entre 5 e 9 anos, o percentual de crianças com excesso de peso chega a 33,5% e, na adolescência, ultrapassa os 20% de indivíduos. Estudo do governo brasileiro indica que o Bolsa Família diminui em mais de 50% as chances de desenvolver desnutrição crônica e em quase 10% as chances de estarem com excesso de peso em relação aos indivíduos com até um ano no programa. Semestralmente, são acompanhadas cerca de nove milhões de famílias e cinco milhões de crianças.

Quanto ao consumo alimentar de adultos, dados recentes do Ministério da Saúde brasileiro mostraram tendências positivas: redução do consumo de refrigerante em 20% nos últimos 6 anos; manutenção do consumo regular de feijão (comida tradicional do brasileiro) e aumento significativo do consumo de frutas e hortaliças. No ano passado, a pesquisa do governo apontou uma “estabilização” na curva de obesidade em adultos e mostrou o efeito da escolaridade. O maior acesso à informação é um fator importante para esse resultado.

O desafio agora é reduzir o consumo de alimentos processados e ultraprocessados, alcançar a recomendação da Organização Mundial de Saúde no consumo de frutas e

hortaliças e dar prioridade ao consumo de preparações feitas com alimentos in natura e minimamente processados, como o tradicional arroz com feijão.

Esse cenário evidencia que o país tem uma nova agenda de segurança alimentar e nutricional: a necessidade de melhorar a qualidade da alimentação, por meio da oferta de alimentos mais saudáveis, diversificados e que respeitem a cultura alimentar local.

Para atingir esse objetivo, o governo brasileiro está reforçando as políticas de inclusão produtiva rural da população, com ações para a universalização do acesso à água de consumo no Semiárido brasileiro, ampliação da escala da implementação de tecnologias sociais de acesso à água para produção, fortalecimento da produção, abastecimento e comercialização dos alimentos e a consolidação de um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional - o que significa a definição de papéis dos entes federados no abastecimento e na gestão de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Ações brasileiras de segurança alimentar e nutricional serão apresentadas em Milão nesta quinta (4) – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/06/2015

Na Itália, secretário Arnoldo de Campos participa também de encontros com organizações para discutir parcerias de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da alimentação saudável

Brasília, 3 – A alimentação assegurada como direito constitucional, os marcos legais, planos e políticas de segurança alimentar, o salto em investimentos na área e a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) são alguns dos avanços que contribuíram para a superação da fome no Brasil. A experiência brasileira será apresentada, nesta quinta-feira (4), pelo secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos, no Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento – Edição Especial “Brasil: Superar a Fome é Possível”. O encontro será realizado no Pavilhão Brasil, na Expo Milão 2015, na Itália.

A governança, a transparência e a participação da sociedade, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), já tinham sido citadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2014, como um dos fatores que contribuíram para a saída do Brasil do Mapa da Fome. O relatório apontou que menos de 5% da população brasileira está em situação de insegurança alimentar.

Segundo a FAO, a maior oferta de alimentos, o aumento da renda dos mais pobres, o Programa Bolsa Família e a merenda escolar - que beneficia 43 milhões de crianças e jovens diariamente – também foram fundamentais para atingir o resultado.

De acordo com Arnoldo de Campos, a intersetorialidade conquistada com as ações de segurança alimentar e nutricional é um grande resultado para o governo e para a população. “A articulação dessas políticas públicas têm gerado uma mudança

significativa para a vida dessas famílias”, disse. Para ele, o pacto federativo construído com o Plano Brasil Sem Miséria também foi essencial para a superação da fome.

Com o objetivo de compartilhar e replicar a experiência brasileira de fortalecimento da agricultura familiar com ações como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que possibilitaram uma maior disponibilidade de alimentos, Arnaldo de Campos se reúne com a diretora de Desenvolvimento Humano do Departamento pelo Desenvolvimento Internacional (DFID), Jane Edmondson, após a apresentação no seminário internacional.

Próximos passos – Superada a fome como problema estrutural, o governo brasileiro enfrenta novos desafios para assegurar uma alimentação adequada e saudável para a população. A qualidade dos alimentos que chegam à mesa da população e o combate ao sobrepeso e à obesidade (decorrentes da má alimentação) estão na agenda prioritária do país.

Por isso, também nesta quinta (4), o secretário Arnaldo de Campos se reúne com o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, e o presidente do movimento Slow Food, Carlos Petrini. No encontro, serão propostas parcerias para a valorização da alimentação saudável por meio da gastronomia local. O secretário irá apresentar também duas importantes publicações produzidas recentemente pelo Brasil que dão visibilidade ao tema: o Guia Alimentar para a População Brasileira e o livro Alimentos Regionais Brasileiros.

“Estamos vencendo a guerra contra a fome, nossa população está tendo cada vez mais acesso à alimentação. Mas agora temos outra batalha: garantir o acesso da população a alimentos de qualidade, frescos e com alto teor nutricional”, ressaltou Campos.

Seminário – Nesta quarta-feira (3), o secretário extraordinário para Superação da Extrema Pobreza, Tiago Falcão, relatou a trajetória e a evolução das políticas sociais com o Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria. Ele também ressaltou a importância do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal para mapear a pobreza no país. A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, participa do seminário nesta quinta (4).

Promovido pelo MDS, com o apoio do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o encontro internacional é voltado para representantes de governo interessados em conhecer as políticas de desenvolvimento social do país.

Patrus fala de agricultura familiar e superação da fome no Brasil em evento internacional. Tássia Navarro e Aline Dias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/06/2015

A experiência do governo brasileiro de fortalecimento da agricultura familiar e os resultados de políticas públicas para a redução da pobreza e da desigualdade no país serão abordados pelo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, durante o Fórum Agrícola Internacional, que acontece no âmbito da Expo Milão 2015, nesta quinta e sexta-feira (4 e 5/6), na Itália.

A Expo Milão deste ano conta com participação de representantes de 144 países nas discussões sobre o tema central Alimentando o Planeta, Energia para a vida. A convite do governo italiano, o ministro participa do painel Agricultura e Segurança Alimentar.

Ao final dos debates, a Carta de Milão será lançada para adesão de cidadãos, empresas e instituições. O documento trará as principais questões sobre o uso sustentável dos recursos naturais do planeta e a garantia ao direito à alimentação para as futuras gerações.

“Qualquer pessoa ou instituição, de qualquer país, pode aderir a esta ‘agenda responsável’. O direito humano à alimentação saudável e nutritiva é um dos temas abordados na carta e, por este motivo, dentre outros, apoiamos a iniciativa”, afirma a chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial, Cristina Timponi.

Combate à fome

O ministro Patrus Ananias também participa no sábado (6/6) da abertura da 39ª Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma. No domingo (7/6), estará presente ao evento especial sobre o Objetivo do Milênio - Reconhecendo avanços notáveis e excepcionais no combate à fome.

O encontro é promovido pela FAO, junto ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), com a finalidade de homenagear os países que atingiram o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM-1) e a meta da Cúpula Mundial de Alimentação (CMA), referentes à redução da fome.

“O evento vai celebrar a superação de diversos países, entre eles o Brasil, que não fazem mais parte do mapa da fome. E ficamos felizes em saber que o fortalecimento da agricultura familiar é um dos responsáveis por esse resultado”, ressalta Cristina Timponi.

Encontro discute segurança alimentar e nutricional na Amazônia – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 05/06/2015

Representantes dos estados da região Norte e do Maranhão vão debater desafios para proteção da biodiversidade e a garantia da segurança alimentar da população. Evento começa nesta terça-feira (9), em Belém

Brasília, 5 – Os avanços e desafios para proteção da biodiversidade e a garantia da segurança alimentar da população serão discutidos no 1º Encontro Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia, a partir desta terça-feira (9), em Belém. O evento é promovido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), com o apoio da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Com a participação de 200 representantes dos estados da região Norte e o Maranhão, o encontro vai debater a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população

urbana e dos povos da floresta e das águas, além de aprofundar o conhecimento sobre as especificidades dos sistemas alimentares na Amazônia.

O evento temático prossegue até quinta-feira (11). É o primeiro de uma série preparatória para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Com o tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, a conferência nacional será promovida em Brasília, entre os dias 3 e 6 de novembro.

Agricultores familiares receberam quase R\$ 8 milhões do PAA em maio – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 05/06/2015

Recursos são depositados diretamente na conta bancária dos agricultores familiares

Brasília, 5 – Agricultor familiar em Sobradinho, região administrativa de Brasília, Marconi Weber da Silva, 62, vende sua produção de frutas e hortaliças para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e em feiras da região. O agricultor faz parte da Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Sobradinho (Aspraf) e conta que queria vender mais para o PAA. “Tenho potencial. Se eu pudesse vender toda a produção para o governo. Assim teria a certeza de que meus produtos seriam vendidos e não me preocuparia em vender nas feiras.”

Em maio, os mais de 4,1 mil agricultores familiares que venderam seus produtos para o PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea, receberam quase R\$ 8 milhões do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Os recursos são depositados diretamente na conta bancária dos agricultores familiares, que podem sacar o dinheiro com cartão bancário específico do PAA ou utilizá-lo em operações de débito.

Para o agricultor familiar, receber o dinheiro do PAA com o cartão bancário é muito mais prático. “Tenho mais liberdade para movimentar. Com esse dinheiro eu junto e pago as prestações do trator que comprei”, conta orgulhoso.

O PAA tem o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas locais de agricultura familiar. Os produtos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como àquelas atendidas pela rede socioassistencial, nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) e nas instituições públicas ou filantrópicas de ensino.

Os pagamentos são feitos regularmente todo mês, o que permite que o agricultor receba o recurso, no máximo, 30 dias após cada entrega de produtos. A operação do programa também evita o desabastecimento das entidades que recebem os alimentos.

No Tocantins, há fome enquanto número de milionários cresce 510%. Amanda Massuela e Anna Rangel – Folha de São Paulo, Mercado. 07/06/2015

No Tocantins, o rio Galhão empresta seu nome a realidades opostas: uma fazenda do tamanho de um quarto da área da cidade de São Paulo e uma comunidade descendente de escravos que tem na cozinha apenas sal e óleo. Um dos maiores celeiros de grãos do país, o Estado viu seu número de milionários crescer 510% na última década, mas 172 mil famílias ainda passam fome.

O contraste observado em Mateiros, município onde está o Galhão, se repete em outros pontos do Matopiba, região definida formalmente pelo governo federal, em maio, como a nova fronteira agrícola do Brasil.

O Matopiba, acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é promissor por ser uma das últimas áreas de expansão da agricultura de larga escala no mundo. A expectativa é que, na safra 2014-2015, ela produza 20 milhões de toneladas de grãos, quase 10% da produção nacional.

O sucesso do agronegócio e investimentos na indústria de agricultura e pecuária quintuplicaram o número de milionários no Tocantins. Na última década, a quantidade de pessoas com renda acima de US\$ 1 milhão saltou de dez para 61 -a maior alta do país, segundo a Receita Federal.

No mesmo Estado, 37,6% dos domicílios -ou seja, 172 mil famílias- enfrentam algum tipo de dificuldade na hora de colocar alimentos na mesa, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2013.

VIZINHOS

Na Agrícola Rio Galhão, condomínio de produtores rurais paulistas dedicado ao cultivo de 5.500 hectares de milho e soja, o maquinário moderno se mantém a poucos quilômetros das enxadas da comunidade quilombola.

"É uma região que vem se desenvolvendo muito, recebendo investimentos de produtores do Sul e de empresas de capital aberto", diz o empresário paulistano Sérgio Bueno, 47, cuja família comprou terras na região em 1986.

Nos limites da fazenda de Bueno, ficam as casas de taipa com teto de palha onde vivem cerca de 200 moradores da comunidade Galhão.

"Faz tempo que a gente está aqui. Os filhos e os netos são todos nascidos e criados nesta terra, ninguém nunca saiu", diz a agricultora aposentada Maria de Lurdes Gomes, 59. Mãe de 12 filhos e avó de tantos que nem lembra o número, ela divide um aposento com o marido e quatro netos.

Enquanto as terras de Bueno produzem 12 mil toneladas de milho por safra, os moradores da Galhão plantam mandioca para comer e vendem o pouco que sobra.

Uma vez por mês, toda a família se reúne na casa de Maria para produzir farinha a partir da mandioca colhida. As filhas se revezam para mexer a farinha durante o preparo, enquanto os homens moem e secam a mandioca. "Não dura muito. Os meninos têm muita fome", diz Maria.

QUILOMBOLAS

No Tocantins, 27 comunidades são reconhecidas como quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, mas nenhuma tem o título de posse da terra. "Antes a gente plantava arroz, feijão, milho, abóbora. Mas agora não. O espaço está pouco demais por causa das fazendas, estamos cercados", reclama Maria, que recebe um auxílio de R\$ 110 mensais do Bolsa Família.

O isolamento e a péssima condição das estradas dificultam a obtenção de alimentos que ela não planta mais, como arroz e feijão. Cerca de 50 quilômetros separam sua casa do mercado mais próximo, no centro de Mateiros (a 160 km da capital, Palmas).

Quando o filho de Maria consegue comprar um boi, os próprios moradores o abatem e dividem o produto entre as famílias. Maria salga as peças e as mantém penduradas no forro da cozinha para consumi-las ao longo das semanas.

INFRAESTRUTURA

O empresário Sérgio Bueno diz acreditar que a presença dos grandes grupos agrícolas possa desenvolver a infraestrutura da região. "Gerando mais empregos, melhora a qualidade de vida da população como um todo. Esta é a equação", afirma.

A falta de asfalto nas estradas e de serviços básicos para a população é problema que, em sua opinião, pode ser revertido com a demanda das grandes fazendas.

A necessidade de insumos e de profissionais, como mecânicos e tratoristas, seria o catalisador do que chama de "economia satélite". "Você tem toda uma corrente de melhorias que se forma, mas não é da noite para o dia", afirma.

O governo estadual está formulando políticas para inclusão das famílias mais pobres, "ainda em estágio de diagnóstico", diz a secretária de Trabalho e Assistência Social, Patrícia Amaral.

Enquanto isso, dona Maria segue seus dias à base de mandioca. "Nós precisamos de alguma ajuda, mas não sabemos nem a quem pedir."

AMANDA MASSUELA e ANNA RANGEL são trainees do Programa de Treinamento em Jornalismo Diário, patrocinado por Friboi, Odebrecht e Philip Morris Brasil. Elas viajaram com apoio da Associação Brasileira de Empresas Aéreas.

Estudantes de Agroecologia conhecem políticas de segurança alimentar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/06/2015

Alunos de graduação do Instituto Federal de Brasília visitaram o MDS na segunda (8) e participaram de palestra sobre iniciativas do governo federal para superar a fome e melhorar a qualidade da alimentação

Brasília, 9 – A área de segurança alimentar e nutricional foi numa das que mais avançaram no Brasil nos últimos anos, levando o país a sair do Mapa Mundial da Fome desde o ano passado. E, para conhecer as políticas do governo federal que contribuíram para este resultado, bem como os desafios de melhorar a qualidade dos alimentos consumidos pela população, estudantes de Agroecologia do Instituto Federal de Brasília (IFB) visitaram, na segunda-feira (08), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A estudante Mainara Geanzia tomou contato pela primeira vez com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), instituído em 2006. "O Sisan é uma nova discussão pra nós. As políticas de segurança alimentar e nutricional nos ajudam a

explicar a importância do nosso trabalho para quem não conhece e como nós podemos ajudar nessa construção”, contou.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) também foram destaque na apresentação realizada pelo coordenador-geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sisan do MDS, Elcio Magalhães. As iniciativas são essenciais para garantir o acesso a alimentos de qualidade, ao mesmo tempo que promove o fortalecimento da agricultura familiar.

Ele também explicou que a agroecologia é um desafio para o país e que ela reforça os programas e ações realizadas hoje pelo governo federal. “A agroecologia é fundamental para essa política. É um dos muitos caminhos para a segurança alimentar, para ajudar na garantia da qualidade do alimento. É essa a nossa agenda de futuro”, explicou.

A ideia da visita veio do aluno Josemar Gonçalves de Oliveira Filho, para complementar um trabalho para a disciplina Tópicos Especiais em Agroecologia. O contato foi por meio da página do MDS no Facebook. Para Josemar, a visita foi uma forma de conhecer mais a fundo as políticas que o país está colocando em prática nesta área. “Vir aqui foi muito importante. Complementou nossos debates em sala de aula e com certeza teremos ainda mais subsídios para discussão.”

O coordenador do MDS contou que já é prática da área receber e visitar as universidades para ampliar as discussões sobre o Sisan. “Temos atuações em conjunto com universidades, como a Universidade de Brasília (UNB), o que incentiva os estudantes a nós procurar”, afirmou. “Eles são futuros técnicos e podem levar nossas políticas na ponta para estados e municípios.”

Bancos de Alimentos combatem desperdício – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/06/2015

Oficinas regionais realizadas pelo MDS debatem a construção de uma Rede Brasileira de Banco de Alimentos. Região Sul discute o assunto nesta quarta (10) e quinta-feira (11), em Porto Alegre (RS)

Brasília, 9 – Implantados no Brasil há pouco mais de uma década, os Bancos de Alimentos são os mais importantes instrumentos de combate ao desperdício de alimentos. “São alimentos que se encontram fora dos padrões de comercialização, mas mantêm inalteradas suas propriedades nutricionais, não apresentando qualquer risco ao consumo humano”, explica a coordenadora-geral de Equipamentos Públicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Kathleen Machado.

Assim, aquela verdura que chegou ao final do dia e o feirante não conseguiu comercializar ou produtos doados por supermercados e indústrias alimentícias ganham lugar na mesa de milhares de brasileiros que não têm acesso regular à alimentação. Os Bancos arrecadam esses produtos, adequados ao consumo, e os repassam a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que produzem e distribuem refeições gratuitamente.

Para fortalecer esse trabalho de arrecadação e distribuição dos Bancos de Alimentos, o MDS está promovendo discussões para a construção de uma Rede Brasileira de Banco

de Alimentos. E, nesta quarta (10) e quinta-feira (11), será realizada reunião em Porto Alegre com os representantes dos Bancos de Alimentos do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, tanto públicos quanto privados.

Na região, o MDS já financiou a construção de 19 unidades, sendo que 16 já estão operando. Em todo o país, hoje existem 109 Bancos financiados pelo MDS e outros 105 da iniciativa privada. “A Rede Brasileira de Banco de Alimentos busca articular as iniciativas públicas e privadas, de modo a aumentar a capacidade umas das outras a fim de produzir um resultado mais eficaz no que diz respeito ao direito humano à alimentação e à redução do desperdício de alimentos”, explica Kathleen.

Segurança alimentar: desafio é garantir acesso dos povos tradicionais às políticas públicas – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 10/06/2015

MDS enfrenta desafio para encontrar as famílias que ainda vivem em situação de insegurança alimentar na Amazônia. Preservação do conhecimento tradicional reforça ações para garantia da alimentação adequada

Belém, 10 – Edna Marajoara aprendeu com a avó o uso medicinal das plantas da Amazônia. Há mais de 20 anos, defende a preservação do conhecimento tradicional de sua comunidade, como a técnica milenar de extração artesanal do óleo da andiroba. Representante da Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas do Marajó (Cemem), ela afirma que não há como dissociar esse conhecimento das políticas públicas para a promoção da segurança alimentar e nutricional, tema do 1º Encontro Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia, que começou na terça-feira (9), em Belém.

"Entendemos que não existe segurança alimentar sem as plantas medicinais. Na nossa comunidade, por exemplo, a comida dos idosos, das gestantes e das crianças vem acompanhada das plantas da região. Temos que evitar a extinção desse conhecimento. A sobrevivência da floresta depende unicamente do nosso conhecimento tradicional", diz.

Para Edna, o encontro também é uma oportunidade para debater as políticas públicas voltadas para os povos tradicionais. “Sabemos que, para se desenvolver, temos que ter políticas públicas. E nós já temos, só precisamos que elas sejam implantadas.”

Na abertura do evento, a secretária adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Lilian Rahal, falou sobre o desafio do ministério para encontrar as famílias que ainda vivem em situação de insegurança alimentar na Amazônia. “Queremos chegar até essas famílias vulneráveis para garantir o acesso às ações e mudar o patamar de vida da população”, destacou.

Lilian disse ainda que, no encontro em Belém – o primeiro de uma série de eventos temáticos preparatórios para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – serão debatidas as ações que estão sendo implementadas na região, como a Inclusão Produtiva Rural. “Queremos ouvir e discutir para convergir as nossas ações, em parceria com os estados e os municípios da região”, afirmou.

A secretária aproveitou a presença, na mesa de abertura, do secretário estadual de Trabalho e Assistência Social do Pará, Heitor Pinheiro, para falar sobre o pacto federativo que será lançado em breve pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). “O governo federal vai convidar estados e municípios para um grande pacto federativo pela garantia da alimentação saudável.”

Na ocasião, a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco, ressaltou que o evento temático marca o início do processo da conferência nacional - marcada para novembro, em Brasília. “Há uma simbologia muito grande na realização deste encontro aqui na Amazônia, esse importantíssimo bioma, que tem um sentido nacional”, disse.

A presidenta lembrou dos diversos aspectos do bioma, como “a riqueza da biodiversidade da Amazônia, o seu valioso patrimônio cultural, o conhecimento tradicional de seus povos sobre as plantas medicinais e comestíveis, frutos, sementes, raízes, peixes e fauna silvestre”.

Segundo ela, “esse valioso patrimônio deveria representar uma abundante oferta e utilização de proteínas, vitaminas e minerais para garantir a saúde, a segurança alimentar e nutricional e a qualidade de vida de sua população, mas infelizmente não é isso que ocorre”. “Cerca de um milhão de pessoas na região ainda sofrem algum tipo de insegurança alimentar e o consumo de frutas e hortaliças tem sido um dos mais baixos [do país]”, disse ela, em alusão aos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad).

O encontro temático prossegue até esta quinta-feira (11) e é promovido pelo Consea, com o apoio da Caisan, que é coordenada pelo MDS.

PAA Compra Institucional é oportunidade de mercado para agricultores familiares do DF – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 12/06/2015

Interessados em comprar da agricultura familiar, Ministério da Defesa, Marinha do Brasil e Exército Brasileiro visitaram cooperativas do Distrito Federal que querem comercializar pelo Programa de Aquisição de Alimentos

Brasília, 12 - Formada há 15 anos, a Cooperativa Agropecuária de São Sebastião (Copas), localizada no entorno de Brasília, beneficia leite e outros derivados, como iogurte, manteiga e queijos. Com um mercado cada vez mais promissor, as famílias que compõem a Copas poderão contar com uma nova alternativa de comercialização dos produtos: a modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O primeiro passo foi dado esta semana, quando algumas cooperativas do Distrito Federal mostraram sua capacidade produtiva para um grupo de representantes do Ministério da Defesa, Marinha do Brasil e Exército Brasileiro, órgãos interessados em adquirir produtos da agricultura familiar na modalidade Compra Institucional. A visita foi acompanhada por técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome (MDS) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF).

Formada por 145 famílias agricultoras, a Copas tem capacidade de processar 15 mil litros de leite por dia, além da produção de derivados. "Nós queremos uma oportunidade de mostrar que o agricultor familiar também pode vender para grandes mercados", conta o presidente da Copas, Luís de França Torres.

Outra organização visitada foi a Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina (Cootaquara). As 253 famílias agricultoras já vendem parte de sua produção para outras modalidades do PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Criada em 2001, a cooperativa comercializa também seus produtos para grandes mercados em Brasília, Goiânia, Tocantins, Belém e Manaus. A especialidade são legumes, como pimentão e tomate, mas o mix de produtos chega a mais de 40 tipos diferentes.

Segundo o presidente da Cootaquara, Maurilio César Oliveira Cardoso, o PAA Compra Institucional é um novo canal de comercialização da produção familiar. Ele teve a chance de mostrar para os representantes das Forças Armadas o funcionamento e a produção da cooperativa. "Acredito que, com esses programas de compras governamentais, conseguimos mais oportunidades para os agricultores familiares, que podem fazer um planejamento da produção e da renda. Temos um preço médio anual estável e, com isso, não vamos estar à mercê de grandes oscilações de preços, o que nos dá uma segurança", explicou.

PAA Compra Institucional - Criada em 2012, a modalidade abriu uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores familiares de todo o país ao permitir que municípios, estados, Distrito Federal e órgãos federais comprem produtos para atender suas demandas de forma simplificada, segura e transparente, por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação.

Em Brasília, em 2014, o Ministério da Defesa inovou ao comprar alimentos da agricultura familiar por meio da modalidade para abastecer os restaurantes dos edifícios sedes, na Esplanada dos Ministérios. À época foram adquiridos legumes, verduras e folhagens para atender 800 refeições diárias. A experiência deu certo e agora o órgão federal pretende ampliar a compra, fazendo uma nova chamada com maior diversidade de itens alimentares e de volume de produtos.

Qualidade – O profissionalismo das cooperativas e a qualidade dos alimentos impressionaram a tenente da Marinha do Brasil Laís Mendes, que também é nutricionista e participou da visita. "Além de ser um processo ágil e transparente, a aquisição feita por meio do PAA Compra Institucional permite aos órgãos públicos contribuírem também com o desenvolvimento da região e fortalecimento dos agricultores familiares locais." Segundo ela, a Marinha do Brasil tem um mercado potencial de 1.400 refeições diárias.

Já no Quartel-General do Exército Brasileiro, em Brasília, a demanda a ser atendida é ainda maior. São cerca de 4.500 refeições diárias, entre café da manhã, almoço e jantar.

Países do Mercosul debatem segurança e soberania alimentar em Brasília – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/06/2015

A XXIII Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) será realizada entre os dias 15 e 18 de junho, em Brasília (DF), sob a presidência pro tempore brasileira. O espaço é central para o diálogo político entre os governos e a sociedade civil dos países participantes.

As prioridades da gestão brasileira são voltadas à governança fundiária e ao abastecimento como forma de garantir a segurança e a soberania alimentar. “A expectativa é fortalecer a integração regional, a troca de experiências e de políticas públicas entre os países, a relação do governo com a sociedade civil, além de aprofundar a cooperação e o intercâmbio com outros espaços de integração a partir do tema da agricultura familiar”, destaca a chefe da Assessoria Internacional e de Promoção Comercial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Cristina Timponi.

Na programação, reuniões dos representantes dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil da agricultura familiar do Mercosul e dos Grupos Temáticos de Políticas de Equidade de Gênero, Juventude Rural, Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos, Políticas Fundiárias de Acesso à Terra e Reforma Agrária e Facilitação do Comércio. Além de Oficina ampliada sobre Governança Fundiária e o Seminário sobre Políticas voltadas para a segurança e soberania alimentar; produção e abastecimento de alimentos da agricultura familiar e campesina.

Na abertura oficial, que ocorre na quarta-feira (17), autoridades dos países membros do bloco vão assinar uma Declaração sobre as Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional.

Essas diretrizes foram aprovadas pelos Países Membros da FAO em 2012 e representam o principal documento normativo internacional sobre questões fundiárias. “A proposta é de que os países do Mercosul reafirmem seu compromisso com a implementação das Diretrizes e que o documento sirva de referência em outros fóruns de discussão sobre agricultura familiar”, explica Cristina Timponi.

A presidência brasileira da REAF Mercosul também visa consolidar a participação de outros países convidados, como Cuba, por exemplo, ampliando a articulação com os países da América Central,.

Os membros da REAF são os Estados Partes fundadores do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em 2012, a Venezuela foi incorporada oficialmente no bloco como novo sócio e será a primeira vez que participará da REAF no Brasil. Entre os Estados Associados que participam da REAF estão Chile, Colômbia e Equador. A Bolívia é, atualmente, Estado Associado em processo de adesão para se tornar Estado Parte.

O cargo pro tempore é exercido durante o período de seis meses pelo chefe de Estado de um dos países membros do Mercosul.

Gestores da Paraíba conhecem vantagens da Compra Institucional do PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/06/2015

Desenvolvimento local é um dos pontos positivos na modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos

Brasília, 16 – Os gestores da Paraíba conheceram as vantagens da Compra Institucional, modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Criada em 2012, a modalidade abriu uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores familiares de todo o país ao permitir que municípios, estados, Distrito Federal e órgãos federais comprem produtos para atender suas demandas de forma simplificada, segura e transparente, por meio de chamadas públicas.

O coordenador-geral substituto de Aquisições e Distribuição de Alimentos do MDS, Gustavo Assis, apresentou nesta terça-feira (16) o funcionamento da modalidade a gestores e agricultores familiares, em João Pessoa (PB). Participaram do curso empreendedores rurais familiares, representantes de universidades, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater/PB), da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa), além de servidores da administração penitenciária e integrantes das secretarias de Saúde, Educação, Agricultura e Pesca, e Agricultura Familiar.

Segundo Gustavo, a Emater-PB se comprometeu a auxiliar as secretarias estaduais na operacionalização das compras da agricultura familiar. Ele explica que as principais vantagens desse tipo de aquisição são a rapidez, a segurança e a transparência no processo. “A modalidade contribui para o desenvolvimento regional. A qualidade do alimento adquirido também é ponto de destaque, pois normalmente são fornecidos produtos frescos, orgânicos e sustentáveis.”

Pela modalidade, cada família pode vender R\$ 20 mil por ano, por órgão comprador, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Os principais produtos comercializados são itens de hortifruti, grãos, laticínios e orgânicos.

Mais 30 municípios paranaenses aderem ao PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/06/2015

Agora são 96 cidades que participam da parceria entre governo federal e estadual e estão aptas a comprar produtos da agricultura familiar

Brasília, 16 – Os agricultores familiares de mais 30 municípios do Paraná vão poder vender parte da sua produção para o poder público, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea. Cada família pode comercializar até R\$ 6,5 mil por ano.

Os alimentos comprados são distribuídos pelas prefeituras para entidades da rede socioassistencial, escolas públicas e filantrópicas e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Com estas novas adesões publicadas no Diário Oficial da União nesta terça-feira (16), já são 96 prefeituras paranaenses que participam do PAA, em parceria com governo estadual e federal. Em todo o país, são 825 municípios e 24 estados que estão aptos a operar a modalidade.

Os municípios que firmaram adesão no Paraná são: Bituruna, Céu Azul, Chopinzinho, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Figueira, Flor da Serra do Sul, Formosa do Oeste, Guaporema, Honório Serpa, Indianópolis, Iretama, Itambaracá, Joaquim Távora, Jussara, Kaloré, Laranjal, Luiziana, Mangueirinha, Marilena, Marumbi, Mirador, Moreira Sales, Nova Esperança, Quatiguá, Ribeirão Claro, São Sebastião da Amoreira, Siqueira Campos, Tuneiras do Oeste e Ubiratã.

O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário, sem haver repasse de recursos para governo estaduais e municipais. Os gestores públicos operam o PAA, com a articulação junto aos produtores, recebimento e distribuição dos alimentos e lançamento da nota fiscal no sistema operacional do programa.

Próximo passo – As prefeituras que aderiram ao novo modelo deverão possuir um plano operacional que definirá os limites financeiros e metas para consolidar uma proposta de participação no programa.

Serão definidos também os parâmetros de execução que priorizam a participação de agricultores familiares em situação de pobreza, a participação de mulheres agricultoras e o de produtos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos.

Os termos de adesão permitem que estados e municípios executem as ações de maneira mais simples e ágil. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das ações são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais, garantindo a transparência e a segurança na execução.

FAO e MDA discutem ações para erradicação da fome. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/06/2015

A experiência brasileira na erradicação da fome e na superação da extrema pobreza vai contribuir para que países da América Latina e Caribe atinjam seus objetivos na promoção da segurança alimentar.

A iniciativa para a cooperação e a troca de experiências na região foi discutida nesta terça-feira (16), em Brasília, entre o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, o oficial de Políticas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Chile, Adoniram Sanches, e o representante no Brasil, Alan Bojanic.

A ideia é realizar um evento no âmbito do Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac).

O ministro sugeriu a criação de um grupo de trabalho para identificar experiências exitosas que possam ser reproduzidas em países que ainda vivem situações críticas.

“Esse encontro será muito importante para evitar que países que já alcançaram resultados significativos passem por retrocessos, e para avançar no objetivo comum de erradicar a fome em toda a região até 2025”, afirmou.

No encontro, Bojanic destacou a importância das políticas brasileiras de fomento à agricultura familiar para a erradicação da fome e da miséria no país, o que foi reconhecido pela organização no ano passado. “Por isso precisamos que os países se unam em uma reflexão que possa convergir para iniciativas distintas, seja no âmbito parlamentar, acadêmico, governamental ou da sociedade civil. Agora vamos estudar uma proposta, montar um plano de trabalho e fazer desse evento uma realidade”.

O Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome da Celac, desenvolvido pela FAO com o apoio da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), se baseia em quatro pilares que abordam a coordenação de estratégias nacional e regional; o acesso oportuno e sustentável a alimentos inócuos e nutritivos; a ampliação dos programas de alimentação escolar; e a estabilidade na produção e no enfrentamento das mudanças climáticas.

O plano sistematiza experiências de sucesso para facilitar sua aplicação em outras partes do mundo e identifica conexões entre áreas. Um exemplo são as políticas públicas brasileiras que vinculam a agricultura familiar à alimentação escolar, bem como o uso dos programas de transferência de renda para que as comunidades rurais possam se beneficiar graças ao incremento da produção local.

Alimentação escolar recebe 650 toneladas de feijão da Reforma Agrária, em SP. Maura Silva – Site do MST. 17/06/2015

Além do feijão, as crianças da rede municipal também se beneficiarão com 72 toneladas de farinha de mandioca

A partir de agora, milhares de crianças da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo passarão a comer feijão e farinha de mandioca produzida pelas famílias assentadas da Reforma Agrária.

Isso porque cooperativas ligadas ao MST fecharam um contrato com a prefeitura de São Paulo para a venda de 650 toneladas de feijão e 72 toneladas de farinha de mandioca pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O alimento será usado no preparo de refeições das mais de 500 mil crianças espalhadas nas 1900 unidades de ensino com gestão direta, mista ou conveniada do serviço de alimentação da cidade de São Paulo.

Desde 2013 as crianças já vêm comendo o arroz orgânico produzido pelos assentados do Rio Grande do Sul.

Para Luiz Henrique Bambini, do Departamento de Alimentação Escolar da Prefeitura, a lei de compras - como é chamada a Lei Federal 11.947/2009 que determina que 30% do valor do repasse do PNAE seja direcionado à compra de produtos da agricultura

familiar - foi um dos determinantes para a garantia da segurança alimentar nas escolas paulistanas.

"Hoje podemos garantir a segurança alimentar nutricional nas escolas. Isso faz com que dois pilares importantes sejam mantidos. O primeiro é a introdução de alimentos de qualidade, eventualmente, livre de agrotóxicos nas escolas e, conseqüentemente, na vida das crianças. E o segundo é contribuir com a disseminação e fomento da agricultura familiar", diz.

Para Bambini, assegurar a produção do pequeno agricultor é fundamental para manter a qualidade dos alimentos servidos nas escolas.

"O pequeno agricultor é quem produz os alimentos que consumimos e justamente o pequeno agricultor que menos subsídios têm. Ao assegurarmos a produção, mantemos o agricultor na terra, no campo. É um modo de lutarmos contra a pressão sofrida pela agricultura familiar, que hoje é comprimido pelas grandes plantações de monoculturas e pelos latifúndios", ressalta.

Políticas como essa, segundo Bambini, "proporcionam uma melhor distribuição e gestão dos recursos públicos, o que é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade que se pretende mais justa".

Mão de obra

Hoje a agricultura camponesa responde por 74% da mão de obra no campo e contribui com 33% do valor bruto da produção agropecuária, de acordo com dados do último censo agropecuário.

De acordo com Sebastião Aranha, militante do MST e assentado em Itapeva, acordos como esse beneficiam tanto a produção da agricultura familiar como a população da cidade de São Paulo.

"Com a nossa produção, temos condições de proporcionar alimentos com qualidade para toda rede de alimentação escolar da cidade. O nosso objetivo é levar à população uma alternativa com alimentos saudáveis. Para isso, colocar o produtor frente a frente com o consumidor, ocupar um espaço das grandes marcas é fundamental", acredita.

O feijão e a farinha começam a ser distribuídos nas escolas em agosto. Outros alimentos como arroz, suco natural, iogurte e frutas cítricas também fazem parte do convênio de distribuição firmado entre cooperativas do MST e a prefeitura de São Paulo.

O acordo para produção do feijão foi fechado pela Cooperativa dos Agricultores Familiares do Itamarati (Cooperafi), Coop. dos Assentados e Pequenos Produtores (Coapri) e Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (Copava), ambas da região de Itapeva (SP), e pela Cooperativa Dos Pequenos Produtores da Comunidade Pioneiros do Sul (Copapis), do Mato Grosso do Sul. Já a farinha será produzida pela Copermorro localizada na região do Pontal do Paranapanema.

CNA participa da Expomilão, que debate “alimentando o planeta, energia para a vida” – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 19/06/2015

Com o tema “Alimentando o Planeta, Energia para a Vida”, a Expomilão 2015 vai promover debates sobre a alimentação no mundo de forma sustentável. Entre os próximos dias 23 e 25 de junho, como parte da programação de eventos do Pavilhão Brasileiro, coordenado pela a Apex-Brasil, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participa da série de seminários “Mesa Redonda Brasileira: Buscando Soluções para o Comércio Internacional de Alimentos”.

Os seminários estão sendo apontados como grandes oportunidades de estímulo e desafios para ampliação do comércio global de alimentos, reunindo, com fim específico, representantes de governos, setores privados e sociedade civil para os debates em torno dos temas propostos.

A série “Mesa Redonda Brasileira: Buscando Soluções para o Comércio Internacional de Alimentos” vai reunir especialistas em produção de alimentos, sustentabilidade, biotecnologia, biodiversidade, barreiras regulatórias e não tarifárias. A finalidade dos encontros é promover os debates em torno do comércio internacional de produtos agrícolas, destacando a competência produtiva do País como opção para o mercado global de alimentos.

No dia 23 de junho, a CNA organiza, em parceria com o Conselho de Informação sobre Biotecnologia (CIB), o seminário “O papel da biotecnologia nas cadeias agroalimentares – segurança alimentar, preservação ambiental e ganhos nutricionais”, com palestra do técnico Reginaldo Minaré, além dos especialistas em biotecnologia Cláudio Reis Carvalho (Coordenador da Embrapa Labex Europa), Anita Pissolito Campos (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos), Lorena Jaramillo (UNCTAD), Ianelli Sobral Loureiro (CONAB). No dia seguinte, a Assessora para Acesso a Mercados da Superintendência de Relações Internacionais da Confederação, Camila Sande, faz palestra no seminário “Barreiras não tarifárias e barreiras regulatórias no comércio internacional de alimentos”. No seminário “Produção agrícola de alimentos e sustentabilidade no Brasil”, no dia 25, o palestrante da CNA vai ser o responsável pela Superintendência Técnica, Bruno Lucchi.

O Brasil é um dos maiores produtores agropecuários do mundo. Na pauta de exportações, o País figura como principal fornecedor de açúcar, café verde, carne bovina, carne de frango, soja e suco de laranja, se destaca também no comércio internacional de diversos outros produtos como frutas, castanhas, milho, arroz e alimentos industrializados. E na condição de grande produtor mundial de alimentos, o Brasil tem participação de destaque na Expomilão 2015, cujo tema é “Alimentando Planeta”.

Compras públicas: órgãos federais vão destinar 30% dos recursos para a compra de produtos da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/06/2015

Com a medida, os agricultores familiares terão um mercado potencial de mais de R\$ 1,3 bilhão em todo o país

Brasília, 22 – Os órgãos federais (administração direta e indireta) deverão destinar, no mínimo, 30% dos recursos aplicados na aquisição de alimentos para a compra de

produtos da agricultura familiar. Com a medida, os agricultores familiares terão um mercado potencial de mais de R\$ 1,3 bilhão em todo o país, segundo levantamento feito pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Planejamento, Orçamento e Gestão. A medida será anunciada nesta segunda-feira (22), no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os produtos serão adquiridos pela modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Criado em 2012, o modelo permite que municípios, estados e órgãos federais comprem - com recursos financeiros próprios - produtos da agricultura familiar de forma simplificada e segura, por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação.

Para os órgãos, a principal vantagem é adquirir produtos de qualidade, com bons preços, de forma transparente e rápida. A modalidade também é vantajosa para o agricultor familiar e o consumidor. Com o modelo, o agricultor familiar se vê obrigado a planejar, qualificar e organizar sua produção para atender às exigências desse mercado. Já o consumidor recebe uma alimentação saudável, mais rica e adequada às suas necessidades.

“A economia fica mais dinâmica, pois quem está mais próximo da demanda pode garantir melhores preços e mais qualidade, com um custo menor”, destaca a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

Chamada pública – O Ministério da Defesa é um dos órgãos federais que já comprou pela modalidade Compra Institucional do PAA. O ministério inovou, no ano passado, ao comprar alimentos da agricultura familiar para abastecer os restaurantes dos edifícios sedes, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. À época foram adquiridos legumes, verduras e folhagens para atender 800 refeições diárias.

A experiência deu certo. Agora, a Defesa e os Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica lançam aviso de chamada pública nesta segunda (22). O objetivo é adquirir de 1,85 mil toneladas de alimentos para abastecer os restaurantes das Forças Armadas. O Quartel General do Exército Brasileiro, por exemplo, serve 4.500 refeições diárias, entre café da manhã, almoço e jantar.

Referência – O Grupo Hospitalar Conceição, de Porto Alegre (RS), foi a primeira instituição de saúde do país a aderir à modalidade Compra Institucional, e tem servido de modelo para outros órgãos governamentais. As compras de alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas já renderam ao grupo uma economia de 10% a 15% desde 2013.

Pela modalidade, os produtos são negociados pela direção do hospital diretamente com os produtores rurais, por meio de cooperativas e associações, e utilizados na preparação de refeições oferecidas aos pacientes, acompanhantes e funcionários da instituição.

O grupo é formado por quatro hospitais com leitos 100% do Sistema Único de Saúde (SUS) e atende a população de Porto Alegre, do entorno e dos municípios do interior do Rio Grande do Sul.

Além dos ganhos econômico e social gerados pela movimentação da economia local, o consumo de alimentos orgânicos agroecológicos ou com pouca intervenção de agrotóxicos, característica da produção da agricultura familiar, contribuem com uma alimentação mais saudável.

Universidades – Outro exemplo de compra governamental foi do Ministério da Educação, que adquiriu alimentos por meio da Compra Institucional do PAA para abastecimento de restaurantes universitários, como é o caso das universidades federais de Viçosa (UFV), do Paraná (UFPR) e de Santa Maria (UFSM). A Fundação de Apoio Universitário da Universidade Federal de Pelotas (RS) também adquiriu alimentos pela modalidade. Desde 2012, as universidades já compraram mais de R\$ 1,7 milhão em produtos.

Dilma destaca que o Brasil deixou o mapa da fome e pode avançar mais. Andréa Jubé e Lucas Marchesini – Valor Econômico, Agronegócios. 22/06/2015

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff anunciou durante solenidade de lançamento do novo Plano Nacional da Agricultura Familiar o nome do novo presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), o engenheiro Paulo Guilherme Francisco Cabral. Na mesma cerimônia, Dilma voltou a defender o ajuste fiscal e apontou a necessidade das medidas para que o governo desse “um passo à frente” e possa avançar.

“ Fizemos ajustes sim, mas foram feitos considerando que temos condições de dar um passo à frente”, disse Dilma. Mencionando fala do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, ela prosseguiu: “Lá em cima da montanha, você descobre que tem mais montanha. Nós que pudemos tirar nosso país do mapa da fome, nós que iniciamos o processo de modernização da agricultura familiar, nós vamos avançar, tenho plena confiança na capacidade dos nossos agricultores”, afirmou.

A indicação de Cabral para a presidência da Anater põe fim a uma queda de braço nos bastidores entre os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário pelo cargo. Cabral foi secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

“A Anater é uma cooperação entre duas áreas fundamentais da agricultura, de um lado a comercial, de outra familiar, e assegurará acesso à tecnologia e melhores práticas aos produtores rurais”, argumentou Dilma.

Dilma salientou que o novo Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016 dispõe de 20% a mais em volume de recursos que o anterior, totalizando R\$ 28,9 bilhões. A presidente sustentou que, com a modernização do setor, os produtores ligados à agricultura familiar a cada ano distanciam-se da imagem de pequenos agricultores ou da agricultura de subsistência.

A presidente observou que as taxas de juro do novo Pronaf “permanecessem inferiores à inflação”, e que os produtores do semiárido terão “apoio diferenciado”. “É o reconhecimento que temos de tratar os desiguais de forma diferente”, defendeu.

Ela destacou medidas de fomento à agricultura familiar, como políticas públicas que garantem a aquisição de um percentual fixo dessa produção para áreas do governo. Dilma sublinhou que 30% da produção desse segmento será direcionada para compras do Exército, Marinha e Aeronáutica e para penitenciária. “Esses 30% do governo vão garantir um mercado robusto pra agricultura familiar”, sustentou.

Por fim, Dilma disse aguardar do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, o novo plano nacional de reforma agrária e um novo projeto para ampliar o crédito fundiário.

FAO diz que Brasil cumpriu metas de combate à fome e, ao final de 2015, subnutrição será de apenas 5% da população – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/06/2015

Brasília (22/06/2015) - O Brasil cumpriu todas as metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no programa de combate à fome no país. De acordo com o documento “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo” (SOFI), o país possuía no ano 2000, no início do século XXI, 11,2% de sua população subnutrida. Já as projeções para 2015 mudam completamente o quadro: a expectativa é que ao final deste ano esse percentual caia para um índice inferior a 5% da população total, mostrando a redução da fome no país nos últimos 15 anos.

Os dados da FAO estão na edição deste mês do Boletim do Agronegócio Internacional, elaborado pela Superintendência de Relações Internacionais (SRI) da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). De acordo com o documento, um dos motivos da redução no número de pessoas que passam fome no Brasil foi “o aumento da participação das mulheres na força de trabalho”, contribuindo para a melhoria da renda das famílias, especialmente no Nordeste brasileiro.

O documento da FAO avalia os progressos ocorridos no combate à fome para cada região do País e no mundo, desde 1990. A conclusão foi que o compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas afetadas pela fome foi atingido pela maioria dos países analisados. Assim, é que a fome, sempre segundo o estudo, foi reduzida de forma significativa na Ásia Central, Oriental e no Sudeste Asiático, assim como na América Latina, onde o Brasil foi destaque.

Exportações do agronegócio - A SRI mostra, ainda, que nos primeiros cinco meses de 2015 a balança comercial do agronegócio apresentou superávit de US\$ 28,1 bilhões, mostrando que o setor agropecuário mantém-se vital para a recuperação da balança comercial brasileira. Mesmo assim, a crise econômica enfrentada pelo país levou a uma queda de 13,1% no saldo comercial do agronegócio, em comparação com 2014.

As exportações de produtos do agronegócio, de janeiro a maio de 2015, atingiram US\$ 34,1 bilhões. Com esse desempenho, a participação do agronegócio nas exportações totais do país atingiu o maior valor dos últimos cinco anos: 45,7% do total vendido ao mercado internacional.

Paraná: mais 31 municípios aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/06/2015

Em todo o país, 856 municípios e 24 estados aptos a operar o novo modelo do programa que compra produtos da agricultura familiar

Brasília, 24 – Os agricultores familiares de mais 31 municípios do Paraná vão poder vender parte da sua produção para o poder público, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea. Os alimentos comprados são distribuídos pelas prefeituras para entidades da rede socioassistencial, escolas públicas e filantrópicas e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Cada família pode comercializar até R\$ 6,5 mil por ano.

Com estas novas adesões publicadas no Diário Oficial da União nesta quarta-feira (24), já são 127 prefeituras paranaenses que participam do PAA, em parceria com governo estadual e federal. Em todo o país, são 856 municípios e 24 estados que estão aptos a operar a modalidade.

Os municípios que firmaram adesão no Paraná são: Altônia, Cafeara, Cambará, Campo do Tenente, Cidade Gaúcha, Congonhinhas, Douradina, Fênix, Fernandes Pinheiro, Foz do Jordão, General Carneiro, Itaipulândia, Jaguapitã, Juranda, Lupionópolis, Marialva, Munhoz de Mello, Paulo Frontin, Pinhal de São Bento, Renascença, Sabáudia, Santa Inês, Santa Izabel do Oeste, Santa Mariana, Santo Antônio do Sudoeste, São José da Boa Vista, São José das Palmeiras, Saudade do Iguçu, Tamboara, Uniflor e Wenceslau Braz.

O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário, sem haver repasse de recursos para governo estaduais e municipais. Os gestores públicos operam o PAA, com a articulação junto aos produtores, recebimento e distribuição dos alimentos e lançamento da nota fiscal no sistema operacional do programa.

Próximo passo – As prefeituras que aderiram ao novo modelo deverão possuir um plano operacional que definirá os limites financeiros e metas para consolidar uma proposta de participação no programa.

Serão definidos também os parâmetros de execução que priorização a participação de agricultores familiares em situação de pobreza, a participação de mulheres agricultoras e o de produtos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos.

Os termos de adesão permitem que estados e municípios executem as ações de maneira mais simples e ágil. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das ações são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais, garantindo a transparência e a segurança na execução.

Segurança alimentar e nutricional é prioridade no PPA 2016-2019 – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/06/2015

Agenda da alimentação saudável é fundamental para o Brasil enfrentar os novos desafios

Brasília, 25 – A segurança alimentar e nutricional será prioridade no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. O Brasil acumula vários resultados positivos, como a saída do mapa da fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e agora terá outros desafios, como o combate à obesidade e ao sobrepeso, além da promoção de ações de segurança alimentar e nutricional para os povos e comunidades tradicionais que ainda estão em insegurança alimentar.

As prioridades para o próximo período que estão no PPA foram discutidas nessa quarta-feira (24), durante a 20ª reunião do Pleno Executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O PPA 2016-2019 define oito objetivos, como a ampliação e a oferta de alimentos saudáveis; da disponibilidade desses produtos nas mais diferentes regiões; a educação alimentar, levando informação ao consumidor sobre a qualidade nutricional dos alimentos, e a importância da alimentação saudável, bem como os estímulos no ambiente escolar.

“Colocamos a agenda da alimentação saudável como prioritária para o próximo período”, disse o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, que também é secretário executivo da Caisan. Segundo ele, as ações desse plano são mais inovadoras porque o governo aperfeiçoou as metas, iniciativas e objetivos.

“Temos um PPA muito qualificado que vai dar um horizonte de trabalho muito rico e com mais resultados. Conseguimos mais engajamento dos ministérios e uma maior articulação. O plano é intersetorial, com uma visão federativa maior, principalmente porque já temos uma experiência acumulada nesses anos e muitos resultados obtidos. Temos um legado e agora podemos avançar a partir dele”, acrescentou o secretário.

Arnaldo destaca que o PPA foi construído com a participação da sociedade e procura responder aos seus anseios. “Ouvimos as pessoas antes e durante a construção do plano. O plano reflete esse diálogo. As diversas propostas que estão hoje no PPA foram trazidas pela sociedade e compõem as prioridades do governo federal”, reforça.

A 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que será realizada em novembro, também foi tema da reunião. Com o tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, o encontro organizado pela sociedade civil contará com a participação dos governos municipais, estaduais e federal.

Para o secretário, o evento será um momento de avaliação do que foi feito, mas também será oportunidade para discutir os desafios. “Temos que prestar contas para a sociedade civil de tudo que fizemos e conquistamos nos últimos anos. Esse é o dever do governo. Queremos garantir que nossa participação seja mais qualificada possível, respeitando a sociedade no direito que ela tem de saber o que estamos fazendo”, ressalta Arnaldo.

Prefeitura de São José do Rio Preto dificulta o cumprimento da lei da merenda escolar – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/06/2015

A denúncia foi feita por entidades e movimentos sociais durante o lançamento do “Conflitos no Campo Brasil 2014”, da CPT, na Câmara Municipal de São José do Rio Preto (SP)

Prefeituras da região de São José do Rio Preto impõem diversas dificuldades ao cumprimento da lei de merenda escolar (lei 11.947/09), que prevê que o abastecimento das escolas públicas municipais resguarde a cota mínima de 30% de gêneros da agricultura familiar. A medida, criada em 2003, tornou-se um importante dispositivo para a geração de emprego e renda no campo, bem como um instrumento de combate a desnutrição infantil e promoção da segurança alimentar. A denúncia foi feita por movimentos sociais, parlamentares e entidades da sociedade civil durante o ato de lançamento do Conflitos no Campo Brasil 2014, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizado no dia 22 de junho na Câmara Municipal da cidade.

Segundo a vereadora Celi Regina, do PT de Rio Preto, não há vontade política por parte da prefeitura para a aquisição dos alimentos da agricultura familiar local. As chamadas públicas, quando realizadas, não são suficientemente divulgadas, gerando desconhecimento de associações e cooperativas locais. Produtores locais reclamam que os pedidos, em sua maioria, se restringem a produtos costumeiramente não associados à agricultura familiar da região, como óleo de soja, por exemplo. Sem o acesso à política de comercialização os pequenos produtores acabam vivenciando dificuldades, dentre elas a perda de parte expressiva da produção. A falta de vontade política também impacta outras áreas já consolidadas, como mostra o caso do assentamento de reforma agrária Reunidas, o maior do Estado de São Paulo. Ali, diversos produtores se veem obrigados a escoar seus produtos para municípios distantes, como Santo André e São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, que cumprem a legislação de merenda escolar, muito embora situados a uma distância de mais de 500 km das áreas produtoras.

30 anos dos Cadernos de Conflitos no Campo Brasil

Essas e outras denúncias foram feitas durante o ato de lançamento da publicação Conflitos no Campo Brasil, que em 2014 comemora sua 30ª edição. A publicação, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), reúne casos de conflitos rurais de todo o país, como casos de trabalho escravo, assassinatos, luta pela terra e conflitos envolvendo recursos naturais. O evento foi organizado pelo Núcleo de Ação pela Reforma Agrária (NARA) e pelo Observatório dos Conflitos Rurais em São Paulo, contando com a participação de membros do PCB, PSOL, parlamentares e militantes do PT, do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Rio Preto, entidades da sociedade civil, pesquisadores universitários, médicos e representantes do acampamento Vale do Amanhecer, de Votuporanga.

Porto Velho discute alimentação saudável e adequada para a população – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 29/06/2015

Evento é preparatório para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Brasília, 29 – O aumento da oferta de alimentos é um dos fatores que levou o Brasil a superar a fome, de acordo com relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Agora, o objetivo é fazer com que o brasileiro tenha uma alimentação saudável e adequada. Para discutir o assunto, o município de Porto Velho (RO) promove, nesta quarta-feira (1º) e quinta-feira (2), a 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. São esperados representantes do poder público e de entidades da sociedade civil que atuam na área.

A analista técnica de Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ana Flávia Souza, participa da abertura do evento. Na ocasião, ela vai falar sobre a alimentação saudável e a importância da adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). “Aderir ao sistema trará uma política mais efetiva de segurança alimentar e nutricional para a população. Todos os estados já aderiram. O momento agora é de adesão dos municípios”, explica.

Os debates municipais são preparatórios para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que tem como tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. Marcado para novembro, em Brasília, o evento é promovido pela sociedade civil, com a participação dos governos municipais, estaduais e federal.

MapaSAN 2015: pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional começa em agosto – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 29/06/2015

Levantamento será utilizado como instrumento para aprimorar as ações para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada

Brasília, 29 – Quantas feiras livres existem no Brasil? Ou quantos conselhos de segurança alimentar e nutricional têm em cada estado? Informações como essas e outros dados sobre a promoção de ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) estão disponíveis no último Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN). Desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o levantamento chega agora à segunda edição. As prefeituras começam a responder ao questionário em agosto.

Para o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnaldo de Campos, o estudo é um suporte para os governos federal e estaduais identificarem os desafios de SAN, por isso a participação dos municípios é importante. “Com base nessa pesquisa, vamos melhorar a política pública para os municípios. Essa pesquisa vai nos ajudar a entender as necessidades do município e fortalecê-los como um agente promotor da SAN”, ressaltou.

O MapaSAN mostra também a situação da implantação de políticas e ações que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada. Em 2014, 1.628 municípios, além de 23 estados e do Distrito Federal, participaram da pesquisa. A expectativa é de que a participação dos municípios dobre este ano.

Na primeira pesquisa, a quantidade de feiras livres e agroecológicas nos municípios foi o dado que mais chamou a atenção. Ao todo foram identificadas 5.119 feiras livres em 1.176 municípios, a maioria delas (83%) com periodicidade semanal, além de 1.331 feiras agroecológicas ou com produção orgânica em 624 municípios.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa